

GERENCIALMENTE, DADOS CONTÁBEIS EM MOEDA DE PODER DE COMPRA CONSTANTE

José Luiz Ferreira de Assis
Professor do CIC/FACE/UFMG

*Embora a economia
possa estar sob controle
e a inflação afastada
das cogitações oficiais,
as empresas que se cuidem
para não se descapitalizarem
ao assumir compromissos financeiros
de distribuição de resultados mascarados
pela desvalorização monetária,
embora pequena e suportável.*

1 PRÓLOGO

Os artigos 4º e 35 da lei n. 9.249/95 vedam, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 1996, quaisquer procedimentos do sistema de correção monetária das demonstrações contábeis, tanto para fins fiscais como societários.

O fundamento legal se baseou na estabilização monetária, decorrente do “Plano Real”, a partir do qual se passou a conviver com relativas pequenas taxas inflacionárias.

A implantação da “correção monetária legal”, entre nós, teve dupla finalidade: procurar traduzir o capital próprio e os ativos de produção das empresas em valores os mais próximos possíveis de sua correspondência aos valores de incorporação ao patrimônio empresarial, bem como possibilitar o ajuste monetária da dívida ativa da União e dar suporte consistente aos sistemas oficiais de poupança e empréstimo.

Por melhor desempenho que possa estar apresentando o “Plano Real”, há, inegavelmente, um acúmulo inflacionário, nestes quatro anos de real. Obviamente, é um acúmulo muitíssimo menos acentuado e “apavorante” que os dos anos antes do plano.

Um acúmulo inflacionário de 100% em três anos consecutivos (inflação a uma taxa média de 1,944% ao mês) é aceita, pelo FASB, como representativa de uma economia estabilizada.

Se for tomado como base o IGP.M, da FGV, fazendo-se $JUL/94 = 100$, a inflação acumulada em JUN/98 atinge o índice de 159,7983, cerca de 60% de inflação em quatro anos, ou seja, uma

inflação média, no período, de 0,9813% ao mês, menor que um por cento, portanto.

Com este quadro geral, é provável ser prescindível o trabalho de se traduzirem as demonstrações contábeis em uma moeda de poder constante de compra.

É oportuno ponderar-se e observar-se, todavia, que a inflação não afeta as empresas, de um modo geral, uniforme e padronizadamente. Cada tipo de atividade ou organização, conforme a região geo-econômica em que atua, seu sistema político e potencial de produção, recursos humanos, equipamento e “know-how”, política de “marketing” e de vendas, mercado financeiro e de investimentos em que está inserida, sofrerá diversos e distintos impactos de alteração de preços.

Se a estabilidade nos preços de produção, mercado, vendas e consumidor ainda não foi conseguida, há, para efeitos gerenciais, a necessidade de se converterem os resultados da gestão econômica numa moeda ou índice padrão mais estável, em função das características da empresa, para se poder avaliar o seu desempenho verdadeiro.

O sistema de controle contábil das atividades empresariais, utilizando uma moeda ou índice de “poder de compra constante” é uma opção gerencial muito mais eficaz que o uso de dados contábeis apurados na moeda corrente.

Os fundamentos básicos da contabilidade em moeda constante podem ser resumidos do seguinte modo:

- os itens de realização futura são convertidos à moeda constante pelo seu valor presente, aplicada a taxa de juros mensal vigente no mercado;
- itens monetários são convertidos pelo valor da moeda constante da data do relatório, podendo apresentar perdas ou ganhos, conseqüentemente;
- itens patrimoniais, considerados como não monetários, tais como estoques, ativo permanente e patrimônio líquido, são convertidos pelo valor da moeda constante à época de sua incorporação ao patrimônio da entidade;
- os itens integrantes dos resultados do período são convertidos à moeda constante de conformidade com a natureza e

a época da ocorrência de seus fatos geradores:

- receitas, custos, encargos, despesas são convertidos pelo valor da moeda constante na data da ocorrência ou pela média no período considerado, respeitando sempre o seu valor presente à data do relatório;
- ganhos e perdas em ativos monetários são calculados pela diferença entre os saldos escriturados em moeda constante e os saldos em moeda corrente, convertidos à moeda constante da data do relatório;
- despesas financeiras embutidas em compras e débitos a prazo, assim como receitas financeiras embutidas em créditos e vendas a prazo, são reconvertidas à data do relatório;
- depreciação e amortização de ativos permanentes são escrituradas e calculadas, aplicando-se o percentual mensal ou do período diretamente sobre o valor do bem, traduzido em moeda constante;
- perdas ou ganhos na alienação ou baixa de bens do ativo permanente são considerados pela diferença entre os respectivos valores históricos e de realização ou de indenização;
- transferências não monetárias entre itens do Patrimônio Líquido serão processadas por rateio do valor, em moeda constante, da conta doadora, ou com a conversão pelo valor da moeda constante na data do evento ou do relatório;
- são desconsiderados os efeitos da correção monetária legal dos itens do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido;
- variações monetárias ou cambiais são consideradas como itens financeiros, desde que não embutidas no valor de rosto a vencer; neste último caso, como primeira medida, reduz-se o valor do item ao seu valor presente;
- no pagamento ou recebimento de itens reduzidos a valor atual, sua atualização ao valor da data do evento se torna

indispensável e a diferença entre tais valores é considerado como uma despesa ou uma receita financeira comercial, conforme o caso.

Para efeitos gerenciais, a conversão dos relatórios contábeis a uma moeda de "poder de compra constante" conduz a uma maior realidade e transparência e evita distribuição de lucros, quando "economicamente" a situação da empresa não é tão satisfatória como se pensa.

Por outro lado, numa análise do comportamento da empresa, seus relatórios em "moeda

constante" emprestarão maior consistência e veracidade.

No exemplo, que se vai apresentar a seguir, todo o mecanismo de elaboração das demonstrações contábeis em moeda constante foi executado, as quais não se constituem objeto deste trabalho, razão por que seu detalhamento não está explicitado.

As demonstrações a seguir se referem a maio de 1997, apresentando valores em R\$ histórico, em unidades de IGP.M (jul/94=100) e em R\$ de poder aquisitivo de maio/97 (valor do Real em função do IGP.M de mai/97).

Tabela 1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-05-97

Contas	R\$ original	em UMC	R\$ de 5/97
Caixa/Bancos	24	0,1582	24
Aplicações Financeiras	1.970	12,9879	1.970
Clientes	35.760	224,9343	34.118
Estoques	2.000	12,8078	1.943
Imobilizado	19.000	125,4022	19.021
Depreciação Acumulada	(161)	(1,0671)	(162)
ATIVO	58.593	375,2233	56.914
Fornecedores	8.900	54,6875	8.295
Gratificações a Pagar	64	0,4219	64
Capital Social	47.500	316,8663	48.062
Reserva de Lucros	2.107	13,9187	2.111
Lucros Acumulados	22	(10,6711)	(1.618)
PASSIVO e PATR. LÍQUIDO	58.593	375,2233	56.914

Tabela 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO DE 01 A 31-05-97

Contas	R\$ original	em UMC	R\$ de 5/97
Receita de Vendas	32.700	213,1133	32.325
Custo das Mercadorias Vendidas	(18.000)	(115,2700)	(17.484)
Receita de Serviços	68.670	445,0227	(67.501)
Custo dos Serviços Prestados	(44.636)	(294,2777)	(44.636)
Lucro Bruto	38.734	(248,58853)	(37.706)
Despesas administrativas	(40.548)	(267,3261)	(40.548)
Receitas financeiras	270	1,7801	270
Quotas de depreciação	(43)	(0,2863)	(43)
Recuperação de depreciação	200	1,3514	205
Perda em baixa de imobilizado	(500)	(4,2816)	(649)
Perda na realização de crédito	(150)	(,09889)	(150)
Ganhos-Perdas em itens monetários		(0,1073)	(16)
Receita-Despesa financeira comercial		0,2475	38
Resultado do período	(2.037)	(21,0229)	(3.187)

Tabela 3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 05/97

Eventos	Capital Social			Reserva de Lucros			Lucros Acumulados		
	R\$	UMC	5/97	R\$	UMC	5/97	R\$	UMC	5/97
saldo de 04/97	20.000	135,5634	20.562	2.000	13,2133	2.004	4.251	24,8032	3.761
integralização	25.500	168,1172	25.500						
transferências	2.000	13,1857	2.000	107	0,7054	107	(2.107)	(13,8911)	(2.107)
resultado de 5/97							(2.037)	(21,0229)	(3.187)
dividendos							(21)	(0,1384)	(21)
gratificações							(64)	(0,4219)	(64)
saldo de 05/97	47.500	316,8663	48,062	2.107	13,9187	2.111	22	(10,6711)	(1.618)

Na montagem dos quadros acima, baseou-se em papéis de trabalho (Assis, 1998, p. 16-20) apropriados para a conversão dos dados contábeis em uma “contabilidade em moeda de poder de compra constante”. Nesses papéis, houve compensação de erros de abandono ou arredondamento de decimais, ocorridos na conversão.

O objetivo deste trabalho não é detalhar os procedimentos de conversão. Por isso, os pormenores e demonstrativos foram omitidos, em benefício dos informes globais e mostrando que, por desconhecer os resultados reais e econômicos, a empresa distribuiu dividendos e gratificações sobre lucros negativos!!

Desta forma, com um lucro acumulado positivo em moeda corrente, de R\$ 107 (após a transferência para Capital Social e Reservas de Lucros, de R\$ 2.107), a empresa-exemplo entendeu de distribuir dividendos de R\$ 21 (embora irrisórios) e gratificar empregados e administradores em R\$ 64, quando, na verdade, amargava um lucro acumulado ajustado de R\$ 1.533 **negativos**. Nessa contingência, seriam desaconselháveis a distribuição de dividendos e o crédito das gratificações

Acresce observar que os resultados do mês de maio/97 foram **negativos**, tanto na moeda corrente, como em moeda constante, de, respectivamente, R\$ 2.037 e R\$ 3.187. Não foi prudente, portanto, descapitalizar a empresa, justamente numa fase de resultados negativos. A empresa não era lucrativa, no momento, e, pois, foi imprópria a política de distribuir resultados. Os acionis-

tas não poderiam reclamar, porquanto já haviam sido beneficiados com a transferência de R\$ 2.000, dos lucros acumulados para a conta de Capital Social.

A propósito, no caso exemplo, a decisão da empresa foi tomada por desconhecer a sua verdadeira situação econômica. Os lucros acumulados, em moeda corrente, mascararam a realidade, e lhe forneceram informação errônea sobre seus resultados acumulados.

A utilidade da conversão das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante pode ser medida, no exemplo apresentado. Conhecida a verdade sobre seu patrimônio, teria evitado a empresa se descapitalizar.

O exemplo foi bastante simplista e partiu do fato de que o período considerado não gerou provisão para imposto de renda. Se, entretanto, tivesse fechado com um lucro, sujeito à tributação, quando, na realidade, trabalhara com prejuízo em face da inflação, então, a repercussão negativa sobre o patrimônio da entidade seria bem maior, pois pagaria imposto sobre lucros realmente inexistentes.

A propósito, o Boletim IOB de Temática Contábil e Balanços, n. 25/98, publica interessante artigo sob o título “6% de inflação podem distorcer lucro em 120%? (Sim!!!)”, cujo texto demonstra:

⇒ que a empresa “devolveu capital aos sócios sob o falso nome de dividendos”;

- ⇒ quando há imposto de renda a recolher, mesmo considerado o juro de mercado aplicado sobre o Patrimônio Líquido, por não ser considerada a inflação do período, a empresa acaba pagando mais tributo que o devido;
- ⇒ que o lucro do período fica distorcido, quando não é levada em conta a inflação, por menor que seja, ocorrida no período.

2 EFEITOS EM UMA ANÁLISE SUMÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Com os dados do Balanço Patrimonial, anteriormente oferecido, se for feita uma análise vertical de seus itens, dois e distintos resultados poderão ser apresentados:

Tabela 4

DIFERENÇAS DA ANÁLISE VERTICAL – BP

contas	em R\$	R\$ 5/97	diferença
Caixa/bancos	0,04	0,04	-
Aplic.Financeiras	3,36	3,46	0,10
Clientes	61,03	59,95	-1,08
Estoques	3,41	3,41	-
Imobilizado	32,43	33,42	0,99
Depr.Acumulada	-0,27	-0,28	-0,01
ATIVO	100	100	-
Fornecedores	15,19	14,57	-0,62
Grat.a Pagar	0,11	0,11	-
Capital Social	81,07	84,45	3,38
Res.Lucros	3,60	3,71	0,11
Lucros Acumulados	0,03	-2,84	-2,87
PASSIVO	100	100	-

A inflação de mai/97, medida pelo IGP.M foi de 0,21. Uma análise das diferenças encontradas entre os dados contabilizados pela moeda corrente e pela moeda constante comparadas com o índice inflacionário adotado mostra a distorção entre eles, mesmo considerando uma inflação baixa, como a ocorrida.

Idêntica análise da Demonstração dos Resultados do mês de maio/97, mostrará diferenças não desprezíveis:

Tabela 5

DIFERENÇAS DA ANÁLISE VERTICAL – DRE

contas	em R\$	R\$ 5/97	diferença
Vendas	32,26	32,38	0,12
Custo mer.vendida	-17,76	-17,51	0,25
Serviços	67,74	67,62	-0,12
Custo de serviços	-44,03	-44,71	-0,68
LUCRO BRUTO	38,21	37,78	-0,43
Despesas	-40,00	-40,62	-0,62
Receita financeira	0,27	0,27	-
depreciação	-0,04	-0,04	-
recuperação dac	0,20	0,21	0,01
perda imobilizado	-0,49	-0,65	-0,16
perda em clientes	-0,15	-0,15	-
ganhos/perdas conv	-	-0,02	-0,02
rec-desp fin.comerc	-	0,04	0,04
RESULTADO	-2,00	-3,18	-1,18

Se forem examinados alguns dos índices tradicionais de análise de balanço, a divergência continua significativa, face à inflação incorrida:

Liquidez corrente

$$\frac{\text{em R\$}}{8.964} = 4,21 \quad \frac{\text{em R\$ de 05/97}}{8.359} = 4,55$$

Liquidez seca

$$\frac{\text{em R\$}}{8.964} = 4,21 \quad \frac{\text{em R\$ de 05/97}}{8.359} = 4,32$$

Liquidez imediata

$$\frac{\text{em R\$}}{8.964} = 0,22 \quad \frac{\text{em R\$ de 05/97}}{8.359} = 0,24$$

Endividamento Total

$$\frac{\text{em R\$}}{49.629} = 0,18 \quad \frac{\text{em R\$ de 05/97}}{48.555} = 0,17$$

Giro do Ativo

$$\frac{\text{em R\$}}{58.593} = 1,73 \quad \frac{\text{em R\$ de 05/97}}{56.914} = 1,75$$

Se outros indicadores econômico-financeiros forem analisados, continuam aparecendo as distorções:

Lucratividade nas Receitas	
em R\$	em R\$ dse 05/97
$\frac{-203.700}{101.370} = -2,00$	$\frac{-318.700}{99.914} = -3,22$

Lucratividade Operacional	
em R\$	em R\$ de 05/97
$\frac{-180.700}{101.370} = -1,78$	$\frac{-280.800}{99,286} = -2,81$

3 CONCLUSÃO

A inflação do período, mesmo pequena, distorce os resultados obtidos e prejudica a análise econômico-financeira da empresa. O levantamento dos relatórios contábeis pelo método da contabilidade em moeda constante produz demonstrações mais consistentes e fidedignas da posição financeiro-econômica da entidade.

O método trabalha com a filosofia de que os itens circulantes devem ser atualizados à data do relatório, posto o que seria feita a conversão à moeda constante vigente naquela data. Tal regra conduz ao valor esperado de realização daqueles capitais, na data do relatório, funcionando como se decorrentes de operações a vista.

Já os itens patrimoniais investidos na produção de bens e serviços, na sua maioria vinculados às suas origens em financiamentos a longo prazo e no capital próprio, conservam sua substância perante a moeda constante, porquanto são convertidos pelo valor desta à época da sua incorporação ao patrimônio da entidade.

O ativo fixo e o capital próprio se constituem em bens de raiz dentro da entidade, empregados em gerar produtos e serviços. Já os itens do capital de giro possuem uma rotatividade própria de um fluxo de caixa.

Se considerados os estoque como um investimento de exercício, uma espécie privilegiada de bens destinados a produzir outros bens ou serviços ou lucro por venda futura, também eles guardariam sua conversão pela moeda constante da época de sua aquisição.

As despesas pagas antecipadamente e as receitas de período futuro, bem como seus custos

incorridos, melhor se classificariam no PL (Assis, 1997, p. 3-7) e deveriam ser convertidos pelo valor da moeda constante da época de seu desembolso. Se forem considerados como aplicações financeiras, a apropriação dos valores desembolsados deveria ser feita pelo seu valor futuro, relativo à época dos fatos geradores, utilizando-se a taxa corrente de juros do mercado.

Em resumo, para efeitos gerenciais, se a empresa desconhecer o seu verdadeiro perfil econômico-financeiro, quanto ao aspecto do poder de compra da moeda em que seus registros contábeis estão assentados, corre o risco de “devolver capital aos sócios sob o falso nome de dividendos”, creditar gratificações sobre lucros reais **negativos** e não saber como controlar seus gastos.

Aliás, uma preocupação constante, hoje em dia, são os gastos ociosos, improdutivos, ineficazes, que, além de afetarem a lucratividade da empresa, superestimam os custos, aumentam os preços e dificultam as vendas, dada a concorrência e a qualidade dos produtos e serviços a serem oferecidos no mercado. O moderno mercado exige qualidade e determina os preços que pode ou quer pagar.

Desta forma, a empresa que não se conhece tecnológica, administrativa ou contábil-financeiramente, será rejeitada pelo mercado e sucumbe.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, J. L. F. Receitas e despesas a realizar. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 3-7, jun. 1997.
- . *Estudo programado de contabilidade em moeda constante*. Belo Horizonte, maio 1998. (Apostila reproduzida pelo Departamento de Ciências Contábeis da FACE/UFMG).
- CRUZ, O. L. *Análise de relatórios financeiros*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- FIPECAFI/CFC. *Aprendendo contabilidade em moeda constante*. São Paulo: Atlas, 1994.
- 6% de inflação podem distorcer lucro em 120%? (Sim!!!). *IOB. Temática Contábil e Balanços*. São Paulo, n. 25, p. 1-5, jul. 1998.